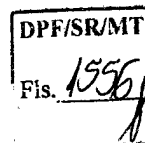
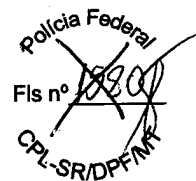




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2012 – SR/DPF/MT

PROCESSO nº 08320.021336/2011-66

OBJETO: Contratação de prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de copeiragem, de serviços gerais e de limpeza e conservação predial para a SR/DPF/MT e Descentralizadas.

ASSUNTO: Decisão de Recurso Administrativo.

RECORRENTE: NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA

RECORRIDA: RAQUEL ROCKENBACH-EPP

DECISÃO DE RECURSO

I – RELATÓRIO

Este Pregoeiro Oficial, designada pela Portaria nº. 064/2011-SR/DPF/MT de 19 de maio de 2011, do Senhor Superintendente Regional de Polícia Federal em Mato Grosso, no exercício da competência que lhe confere o art. 11, VII, do Decreto 5.450/2005, tempestivamente responde e julga o Recurso interposto pela licitante, **NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, nos autos do processo supracitado, referente ao Pregão nº 001/2012, com as seguintes razões de fato e de direito:

Cuida-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa com fundamento na Lei nº 10.520/2002, em face da decisão proferida pelo Pregoeiro subscrita, requerendo a desclassificação e inabilitação da empresa **RAQUEL ROCKENBACH-EPP**, que se sagrou vencedora do item 03 do citado pregão, e, por conseguinte, adjudicando o objeto licitado à Recorrente, classificada em 2º lugar.

Cabe mencionar o equívoco da Recorrente ao solicitar a adjudicação do objeto do item 03, à ela, alegando estar classificada em 2º lugar. Porém, a empresa classificada em 2º lugar é a **CONFIANÇA TERCEIRIZAÇÃO LTDA-EPP**, CNPJ 12.916.218/0001-70, com seu melhor lance de R\$ 428.900,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



(quatrocentos e vinte e oito mil e novecentos reais); em 3º, é a empresa RONAIR ATAÍDE PASSOS-ME, CNPJ 12.680.681/0001-65, com seu melhor lance de R\$ 429.000,00 (quatrocentos e vinte e nove mil reais). A Recorrente está classificada em 4º lugar, com seu melhor lance de R\$ 429.200,00 (quatrocentos e vinte e nove mil e duzentos reais).

A ordem de classificação das propostas podem ser verificadas no Anexo I deste Relatório, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, às folhas nº 1570 a 1574.

Portanto, se este Pregoeiro adjudicar o objeto em questão à Recorrente cometerá um ato ilegal ao não observar a ordem de classificação, desobedecendo-se o disposto no § 5º do art. 25 do Decreto nº 5.450/2005, no inciso XVI do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e, subsidiariamente, no § 2º do art. 64 da Lei nº 8.666/1993.

II – DAS ALEGAÇÕES

A Recorrente alegou **no momento da manifestação de interesse em interpor recurso** (fl. 1523 – do processo 08320.021336/2011-66 – Ata de Realização do Pregão Eletrônico nº 001/2012), em síntese, que a Recorrida descumpriu a Portaria/SLTI/MPOG nº 03, de 23.01.2012, ao cotar valores superiores ao máximo permitido, mesmo excluindo a periculosidade; que cometeu erro na multiplicação do valor unitário do m² pelo total das áreas; que cotou valor errado deixando de considerar o SAT x FAP, para chegar ao RAT ajustado; e que os atestados de capacidade técnica são incompatíveis.

Porém, ao apresentar o Recurso (fls. 1537 a 1544 – do processo supramencionado), a empresa não manteve os motivos informados inicialmente, alegando motivos diferentes, somente mantendo as alegações quanto ao erro na multiplicação do valor unitário do m² pelo total das áreas e o erro na cotação do valor desconsiderando o SAT x FAP.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



As novas alegações referem-se, resumidamente, à suposta irregularidade no contrato social (requerimento de empresário) da Recorrida, já que na descrição do objeto, dentre outras, consta atividades de vigilância e segurança armada; à cotação indevida de encargos sociais do Grupo "A" – SESC, SENAC, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO e SEBRAE –, já que a Recorrida é Optante do Simples Nacional e, portanto, goza de isenções desses tributos, gerando assim seu enriquecimento ilícito; que os atestados de capacidade técnica, emitidos pela ELETROBRÁS/ELETRONORTE, comprovam que a Recorrida vem prestando serviços de copeiragem, carga e descarga, motoristas, entre outros e que, portanto, vem descumprindo o art. 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123/2006; e que a Recorrida descumpriu o item 6.5.2.2, não apresentando a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

A Recorrida, por sua vez, requer que seja julgado improcedente o recurso, mantendo a decisão de habilitação da empresa, com base nas Contrarrazões (fls. 1553 a 1555) apresentadas.

III – CABIMENTO DO RECURSO (PRESSUPOSTOS RECURSAIS)

A Recorrente cumpriu os pressupostos recursais subjetivos, já que possui legitimidade e interesse recursal, bem como atendeu aos pressupostos recursais objetivos, tendo em vista a existência de um ato administrativo de cunho decisório, a tempestividade, a forma escrita, a fundamentação e o pedido de nova decisão.

Quanto à tempestividade, a Recorrente obedeceu aos requisitos do art. 26 do Decreto 5.450/2005, manifestando sua intenção de recorrer em momento oportuno.

Desta forma, tendo em vista que foi dado o prazo de 03 (três) dias úteis a partir do dia 02/05/2012, sendo o prazo final o dia 07/05/2012, a Recorrente



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



atendeu ao prazo de apresentação das razões do recurso, o qual foi interposto no dia 07/05/2012.

Estão presentes os pressupostos objetivos e subjetivos para interposição do recurso.

Passo a decidir:

IV – DESCUMPRIMENTO DA PORTARIA/SLTI/MPOG nº 03, de 23.01.2012

Embora a Recorrente não tenha mantido no seu recurso esta alegação, apresentada no momento de sua manifestação de interesse em interpor recurso, faremos sua análise.

A Recorrente alegou que a Recorrida descumpriu os arts. 2º e 3º da Portaria supramencionada, ao cotar valores superiores ao máximo permitido, mesmo excluindo o adicional de periculosidade.

O art. 2º da Portaria dispõe que:

“Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.”

Considerando a relação de materiais, utensílios e equipamentos constantes do subitem 8.4.3 do termo de referência, anexo I do edital de pregão eletrônico nº 001/2012, verificamos a presença de diversos itens não inerentes à atividade de limpeza tais como copo descartável, papel toalha, papel higiênico, sabonete líquido, entre outros, embora os três últimos sejam materiais de higiene, a IN supramencionada não previu a obrigação de fornecimento desse material. Diversos itens também não se enquadram no conceito de saneantes domissanitários, que “são substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo desinfetantes, detergentes", conforme disposto no item 4 do Anexo V da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008.

Pelo exposto acima, somando-se à obrigatoriedade de inclusão nas planilhas de custo e formação de preços de adicional de periculosidade, constatamos que essas solicitações não podem ser consideradas ordinárias e por isso, conforme item 10.4 do termo de referência, para atender ao disposto na parte final do art. 2º da Portaria, foi elaborado um quadro comparativo, entre os valores limites máximos estipulados na Portaria/SLTI/MPOG nº 3, de 23.01.2012, e os valores de referência da contratação, excluindo-se o adicional de periculosidade e os insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos).

Partindo-se do mesmo princípio, retiramos o adicional de periculosidade e os valores dos insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos) da proposta da empresa RAQUEL ROCKENBACH-EPP e verificamos que os preços unitários do m² ofertados estão abaixo dos limites máximos estipulados na Portaria, conforme quadro abaixo:

SR/DPF/MT – Cuiabá/MT – sem adicional de periculosidade e insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos)		
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO OFERTADO (R\$/m²)	LIMITE MÁXIMO DA PORTARIA (R\$/m²)
I - Área Interna	2,97	3,73
II - Área Externa	1,51	1,87
III - Esquadria Externa	0,69	0,85

DPF/BRG/MT – Barra do Garças/MT – sem adicional de periculosidade e insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos)		
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO OFERTADO (R\$/m²)	LIMITE MÁXIMO DA PORTARIA (R\$/m²)
I - Área Interna	2,82	3,73



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



II - Área Externa	1,51	1,87
III - Esquadria Externa	0,69	0,85

DPF/CAE/MT – Cáceres/MT – sem adicional de periculosidade e insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos)		
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO OFERTADO (R\$/m ²)	LIMITE MÁXIMO DA PORTARIA (R\$/m ²)
I - Área Interna	2,82	3,73
II - Área Externa	1,51	1,87
III - Esquadria Externa	0,69	0,85

DPF/ROO/MT – Rondonópolis/MT – sem adicional de periculosidade e insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos)		
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO OFERTADO (R\$/m ²)	LIMITE MÁXIMO DA PORTARIA (R\$/m ²)
I - Área Interna	2,86	3,73
II - Área Externa	1,51	1,87
III - Esquadria Externa	0,69	0,85

DPF/SIC/MT – Sinop/MT – sem adicional de periculosidade e insumos diversos (materiais, utensílios e equipamentos)		
TIPO DE ÁREA	PREÇO MENSAL UNITÁRIO OFERTADO (R\$/m ²)	LIMITE MÁXIMO DA PORTARIA (R\$/m ²)
I - Área Interna	2,78	3,73
II - Área Externa	1,51	1,87
III - Esquadria Externa	0,69	0,85

Ainda de acordo com o item 10.4 do termo de referência, se os valores de referência da contratação, excluindo-se as condições extraordinárias, já estão abaixo do limite máximo da Portaria/SLTI/MPOG nº 3, não seria possível que a proposta da licitante vencedora, excluindo-se essas mesmas condições extraordinárias, após os lances, estivesse acima desse limite máximo.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



V – DO ERRO DE MULTIPLICAÇÃO DO VALOR UNITÁRIO DO m² PELO TOTAL DAS ÁREAS

A Recorrente não demonstrou (comprovou) o erro “gravíssimo” de multiplicação.

Realizamos nova revisão das planilhas de custo e formação de preços enviadas pela Recorrida e não verificamos nenhum erro aritmético no cálculo dessas planilhas, tampouco na multiplicação dos preços unitários do m² delas decorrentes pelo total das áreas. Ainda que houvesse, tal erro é passível de correção, conforme subitem 8.8.4 do edital de pregão eletrônico nº 001/2012.

VI – DA DESCONSIDERAÇÃO DO SAT x FAP, PARA CHEGAR AO RAT AJUSTADO

A Recorrida cotou o percentual do SAT em 3% (três por cento), conforme seu CNAE principal – 81.21-4-00 – que está de acordo com o disposto no Anexo V do Decreto nº 6.957/2009.

O FAP, fator acidentário de prevenção, conforme consulta à página web (Anexo II deste Relatório, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, à folha nº 1575) <https://www2.dataprev.gov.br/FapWeb/faces/pages/principal.xhtml>, “é um importante instrumento das políticas públicas relativas à saúde e segurança no trabalho e permite a flexibilização da tributação coletiva dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) – redução ou majoração das alíquotas RAT de 1, 2 ou 3% segundo o desempenho de cada empresa no interior da respectiva SubClasse da CNAE”. Ainda nessa mesma página, há informação de que empresas optantes pelo Simples ou filantrópicas não possuem FAP calculado, porém, em consulta às perguntas frequentes relacionadas ao FAP, na página web da Previdência Social, no preenchimento do FAP no SEFIP/GFIP (Anexo III deste Relatório, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, à folha nº 1576),



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



informa-se que empresas Optantes pelo Simples e Matrícula CEI têm, por definição, FAP = 1,0000.

Ainda que a Recorrida tivesse cometido um erro, segundo o art. 23 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008, *"a contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993."*

VII – IRREGULARIDADE NO CONTRATO SOCIAL (REQUERIMENTO DE EMPRESÁRIO) DA RECORRIDA

A Recorrente alega que a Recorrida possui como objetivo social "prestação de serviços de limpeza, apoio administrativo, atividades de vigilância e segurança armada, comércio varejista de produtos de limpeza". E com base na legislação que regula as atividades de vigilância e segurança armada, solicita a realização de diligência para verificar se a Recorrida possui autorização do DPF para realização dessas atividades.

O objeto do pregão eletrônico nº 001/2012, em nada se relaciona com as atividades de vigilância e segurança armada, portanto, não caberia tal solicitação.

O disposto no § 2º do art. 4º da Portaria nº 387/2006-DG/DPF, de 28/06/2006, que dispõe que *"o objeto social da empresa deverá estar relacionado, somente, às atividades de segurança privada que esteja autorizada a exercer"*, refere-se exclusivamente às empresas desse ramo de atividades, ou seja, se a presente licitação se tratasse de serviços de vigilância e segurança armada, a Recorrida estaria sujeita à desclassificação em decorrência do dispositivo supramencionado.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



O objeto do item 03 é referente aos serviços de limpeza, asseio e conservação predial; o código e descrição da atividade econômica principal (CNAE – 81.21-4-00) da Recorrida, conforme seu Requerimento de Empresário (fl. 1483) e seu CNPJ (Anexo IV deste Relatório, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, à folha nº 1577), é a limpeza em prédios e em domicílios. Portanto, a Recorrida atende ao disposto no subitem 5.1 do edital de PE nº 001/2012.

Considerando a solicitação de diligência feita pela Recorrente, embora não cabível à presente licitação, informamos que consultamos, em 08/05, a DELESP/SR/DPF/MT e fomos informados que a Recorrida não consta no banco de dados do DPF como empresa de vigilância e em decorrência disso não está autorizada a prestar atividades de vigilância e segurança armada, devendo, quem tiver conhecimento da realização de tal prática irregular, denunciar pelos meios próprios disponibilizados pelo DPF.

VIII – ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA INCOMPATÍVEIS

Embora a Recorrente não tenha mantido no seu recurso esta alegação, apresentada no momento de sua manifestação de interesse em interpor recurso, faremos sua análise.

A Recorrida apresentou 05 (cinco) atestados de capacidade técnica, conforme fls. 1485 a 1489 do processo licitatório nº 08320.021336/2011-66 – Vol. VIII, sendo que 03 (três) deles referem-se ao objeto para a qual se sagrou vencedora no pregão eletrônico nº 001/2012 – item 03.

Portanto, a Recorrida atendeu ao disposto na alínea “c” do subitem 9.7.1.1 do edital de PE nº 001/2012.

IX – COTAÇÃO INDEVIDA DE ENCARGOS SOCIAIS DO GRUPO “A” – SESC, SENAC, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO e SEBRAE



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



No momento em que a Recorrida enviou suas planilhas para análise, cotando todos os encargos previdenciários e FGTS do submódulo 4.1, apesar de informar como "sim" a Declaração de ME/EPP do Comprasnet, decidimos aguardar a fase de habilitação para verificarmos seus documentos, em especial, o(s) atestado(s) de capacidade técnica, e assim detectarmos se a empresa estava prestando exclusivamente os serviços de limpeza ou conservação, atividades que permitem à opção pelo Simples Nacional.

Assim sendo, conforme o disposto nos subitens 8.8.4 e 8.8.4.1 do edital do PE nº 001/2012, seria solicitado o ajuste das planilhas, atendendo-se ainda ao disposto no seu subitem 6.7.2, que dispõe que "caso a proposta (planilhas de custo e formação de preços) apresente eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos que favoreça a Contratada, este será revertido como LÚCRO (na readequação dessas planilhas) durante a vigência da contratação, mas poderá ser objeto de negociação para a eventual prorrogação contratual."

Porém, após análise dos atestados de capacidade técnica apresentados, constatamos que a Recorrida prestou ou está prestando atividades que vedam seu ingresso e/ou permanência no regime de tributação simplificado, portanto, não podendo se valer dos benefícios da opção pelo Simples Nacional, tornando-se desnecessário novo ajuste nas planilhas de custo e formação de preços.

Importante frisar que as planilhas de custo e formação de preços podem ser ajustadas quantas vezes for necessárias, não configurando qualquer equívoco em seu preenchimento motivo justo para desclassificação da licitante.

X – ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA QUE COMPROVAM QUE A RECORRIDA VEM DESCUMPRINDO O ART. 17, INCISO XII DA LEI COMPLEMENTAR Nº 126/2006



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



A Recorrente requer ainda a notificação à Receita Federal para exclusão da Recorrida do Simples Nacional, alegando que anteriormente a Pregoeira da PF já a inabilitou em processo licitatório anterior e notificou a SRFB. Alega ainda que o edital de PE nº 013/2009, desta Superintendência Regional, proibiu a participação de empresa Optante pelo Simples Nacional.

Informamos que as situações relatadas acima ocorreram em momentos anteriores às emissões de entendimentos pelo Tribunal de Contas da União sobre esse o assunto.

De acordo com o Acórdão nº 2.798/2010-Plenário (TCU), ficou entendido que determinada empresa Optante pelo Simples Nacional PODE participar de licitações cujo objeto seja a prestação de serviços vedados pela LC nº 123/2006, desde que comprovada a não utilização do regime tributário diferenciado na proposta de preços. E que, caso venha a ser contratada, COMUNIQUE o Fisco para ser excluída do Simples Nacional e passe a recolher os tributos pelo regime comum.

No Acórdão nº 797/2011-Plenário, o TCU determinou à entidade o seguinte: "i) incluir nos editais de suas licitações disposição no sentido de que, em ocorrendo as hipóteses de vedação de opção pelo Simples Nacional (arts. 17, XII, e 30, II, da LC 123/2006), seja vedada à licitante, optante pelo Simples Nacional, a utilização dos benefícios tributários desse regime na sua proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do art. 31, inciso II, da referida lei complementar; ii) no momento imediatamente anterior à assinatura de seus contratos, verifique se a licitante vencedora, que iniciará a prestação de serviços à entidade, não se enquadra em quaisquer das vedações previstas na LC 123/2006, TOMANDO, SE FOR O CASO, AS PROVIDÊNCIAS PARA QUE A SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL TENHA IMEDIATA CIÊNCIA DA SITUAÇÃO".



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



O Edital de PE nº 001/2012 atende as disposições dos citados Acórdãos do TCU, como se pode observar no subitem 8.8.4.2 e seguintes.

Como se pode inferir dos Acórdãos, cabe à empresa Optante pelo Simples Nacional (licitante), que se enquadrrou em alguma das vedações da lei complementar, comunicar a Receita Federal; e/ou à entidade promotora da licitação que tome as providências para que a SRFB tenha imediata ciência da situação. Portanto, neste caso em específico, caberia à Recorrida realizar a comunicação à SRFB e, subsidiariamente, caso a Recorrida não a fizer, à Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

Como bem mencionado pela Recorrente, “o DPF jamais poderá ser conivente com esta ilegalidade”. Sendo assim, quando este Pregoeiro tomou conhecimento dos atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrida, redigiu Informação nº 933/2012-CPL/SR/DPF/MT (protocolo digital nº 0015251213 – Anexo V deste Relatório, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, às folhas nº 1578/1579), de 24/04/2012, relatando os fatos à sua Chefia imediata para que sejam tomadas as devidas providências.

A possível omissão da Recorrida em atender ao disposto no inciso II do § 1º do art. 30 da Lei Complementar nº 123/2006 (não comunicação obrigatória à SRFB informando que incorreu em alguma das vedações da lei complementar, que ensejaria sua exclusão do Simples Nacional), não configura motivo para sua desclassificação do PE nº 001/2012, a penalidade a que a Recorrida poderá estar sujeita, refere-se ao ÂMBITO FISCAL, com possível exclusão do regime tributário diferenciado, pagamento de multa, recolhimento da diferença de tributos de modo retroativo etc.

XI – DESCUMPRIMENTO DO ITEM 6.5.2.2 DO EDITAL DE PE Nº 001/2012

A Recorrida utilizou o modelo de proposta fornecido como Anexo VII do Edital, para o item 03, onde não constava campo específico para informar quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Porém, o Termo de Referência foi elaborado adotando-se unidade de medida que permite a quantificação da mão de obra que será necessária à execução do serviço, conforme se pode verificar nos itens 3 e 4 do citado termo e, de forma complementar, seu item 5; atendendo-se ao disposto no inciso I do art. 20 da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008.

Para os serviços de limpeza, o quantitativo de pessoal é estabelecido em função da produtividade de cada uma das áreas do imóvel, conforme art. 8º da Portaria/SLTI/MPOG nº 3, de 23/01/2012.

O edital e seus anexos não permitem à licitante alterar (em especial, aumentar as produtividades estabelecidas no TR, que, consequentemente, diminui a quantidade de pessoal).

O motivo alegado é mera formalidade, que pode ser suprida posteriormente, sem causar qualquer prejuízo, pois, o preço final ofertado não será alterado, enquadrando-se no disposto no subitem 20.7 do edital, abaixo transcrito:

“20.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.”

A propósito, após o alerta da Recorrente, a Recorrida imediatamente apresentou nova proposta (enviada mediante e-mail, em 08/05, constante do processo nº 08320.021336/2011-66, às folhas de nº 1545 a 1549; e apresentada em original, em 09/05, fls. 1550 a 1552) alterando o Anexo VII do edital, criando uma coluna para informar o quantitativo de pessoal que será alocado na execução contratual em cada uma das localidades.

Tal alegação não configura motivo justo para desclassificação da licitante detentora da melhor proposta para a Administração.

XII – DECISÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**



Pelas razões expendidas, este Pregoeiro decide considerar **IMPROCEDENTE** o Recurso interposto pela empresa **NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA**, mantendo-se a decisão de aceitação da proposta comercial e de habilitação da empresa **RAQUEL ROCKENBACH-EPP**.

Em atenção ao inciso VII do art. 11 do Decreto 5.450/2005, submeto a presente decisão à consideração do Senhor Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal em Mato Grosso para que, se mantiver esta decisão, **ADJUDIQUE** e **HOMOLOGUE** o item 03 do Pregão Eletrônico nº 001/2012, objeto deste recurso.

Cuiabá, 10 de maio de 2012.

ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Pregoeiro Oficial
Matrícula 12.200

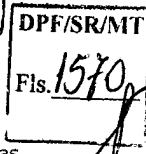
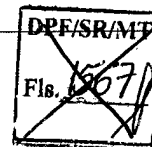
Pregão Eletrônico

Anexo I

▪ **Visualização de Propostas**

UASG: 200374 - SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - MI

Pregão nº: 12012



Fornecedor assinalado com (*) teve sua proposta desclassificada para o item.

Na coluna "Declaração", os fornecedores que estão assinalados com 'SIM', declaram que estão cientes e concordam com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

ME/EPP = Microempresa/Empresa de Pequeno Porte

Item	Qtde Estimada	Qtde Aceita	Valor Estimado (R\$)	Situação do Item	Recurso
3 - <u>Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades</u>	12	12	491.281,4000	Realizar Adjudicação	Sim

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Fornecedor	Qtde Ofertada	Proposta (R\$)	Melhor Lance (R\$)	Data Melhor Lance	Negociado (R\$)	Situação da Proposta	Anexo	Declaração
09.576.957/0001-55 - RAQUEL ROCKENBACH EPP	12	491.281,4400	428.900,0000	12/04/2012 11:23:46:717	428.896,2400	Aceito e Habilitado	Consultar	SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM Declaração ME/EPP/COOP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente de proposta: SIM
Data Declaração: 11/04/2012

Motivo da Recusa: Valor ofertado pela empresa na apresentação da proposta comercial e planilhas de custo e formação de preços.

12.916.218/0001-70 - CONFIANCA TERCEIRIZACAO LTDA EPP	12	491.280,0000	428.900,0000	12/04/2012 11:23:51:343				SIM
--	----	--------------	--------------	----------------------------	--	--	--	-----

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades - Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra...

Porte ME/EPP: SIM Declaração ME/EPP/COOP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente de proposta: SIM
Data Declaração: 11/04/2012

12.680.681/0001-65 - RONAIR ATAIDE PASSOS ME	12	432.300,0000	429.000,0000	12/04/2012 11:23:34:357				SIM
--	----	--------------	--------------	----------------------------	--	--	--	-----

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de pessoa jurídica para prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e forne...

Porte ME/EPP: SIM Declaração ME/EPP/COOP: SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente de proposta: SIM
Data Declaração: 30/03/2012

07.116.584/0001-04 - NORTE SUL LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA	12	491.281,2000	429.200,0000	12/04/2012 11:23:35:593				SIM
---	----	--------------	--------------	----------------------------	--	--	--	-----

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM Declaração ME/EPP/COOP: NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM Declaração de Menor: SIM Declaração independente de proposta: SIM
Data Declaração: 11/04/2012

08.064.978/0001-29

- TOPP SERVICOS
DE MAO DE OBRA
ESPECIALIZADA
LTDA - ME

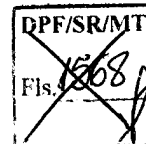
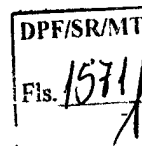
12

515.899,9200

429.299,0000

12/04/2012
11:23:39:020

SIM



Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 25/03/2012

04.027.773/0001-12

- TEC LIMP
SERVICOS E
LIMPEZA LTDA

12

600.000,0000

429.700,0000

12/04/2012
11:23:44:657

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços, de forma indireta e contínua, de copeiragem, de serviços gerais - manutenção e reforma de imóveis em geral - e de limpeza e conservação predial...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 11/04/2012

07.548.828/0001-28

- DISKLIMPEZA
ADMINISTRACAO E
SERVICOS LTDA ME

12

600.000,0000

429.790,0000

12/04/2012
11:18:42:977

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO É A CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, DE FORMA INDIRETA E CONTÍNUA, DE COPEIRAGEM, DE SERVIÇOS GERAIS - MANUTENÇÃO E REFORMA DE IMÓVEIS EM GERAL...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 10/04/2012

11.699.013/0001-17

- UNIAO
ASSESSORIA
EMPRESARIAL LTDA

12

492.000,0000

429.801,9900

12/04/2012
11:21:17:063

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 27/03/2012

10.573.496/0001-46

- SALVADOR DE
MOURA VIEIRA &
CIA LTDA

12

491.280,0000

429.802,0000

12/04/2012
11:19:11:940

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação de Serviços de Limpeza e Conservação e Outras Necessidades conforme item 03 do edital pregão eletrônico 01 2012 e seus anexos....

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 11/04/2012

13.714.479/0001-70

- MPIRES SERVICOS
TERCEIRIZADOS DE
MAO DE OBRA
LTDA.

12

520.899,9600

429.898,0000

12/04/2012
11:15:17:210

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 25/03/2012

12.849.578/0001-04

- KRT PRESTADORA
DE SERVICOS E
COMERCIO DE
PRODUTOS LTDA

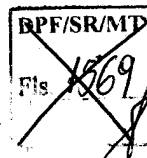
12

491.281,3200

429.899,9900

12/04/2012
11:15:51:727

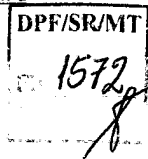
SIM



Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 04/04/2012



10.919.956/0001-45

- REALIZA -
SISTEMA DE
HIGIENIZACAO E
SERVICOS LTDA

12

480.000,0000

429.990,0000

12/04/2012
11:15:06:933

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Nos preços ofertados, estão inclusos todos os custos necessários ao fornecimento do objeto da licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas,...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 03/04/2012

13.944.843/0001-98

- M&B
TERCEIRIZACAO
LTDA ME

12

480.000,0000

431.999,9900

12/04/2012
11:21:13:847

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 07/04/2012

12.441.717/0001-58

- BRILHANTE
ADMINISTRACAO E
SERVICOS LTDA EPP

12

600.000,0000

448.500,0000

12/04/2012
10:12:55:760

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Pregão nº 12012 Item: 3 - Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação - Outras Necessidades Tratamento Diferenciado: - Aplicabilidade Decreto 7174: Não Aplicabilidade Margem de Preferência: Não ...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 12/04/2012

04.833.107/0001-71

- SERCON
NORDESTE
EMPREENHIMENTOS
E SERVICOS DE
CONSERVAC

12

1.200.000,0000

450.000,0000

12/04/2012
11:18:08:810

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de copeiragem, de serviços gerais e de limpeza e conservação predial, conforme condições, quantidades e ...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 12/04/2012

00.482.840/0001-38

- LIDERANCA
LIMPEZA E
CONSERVACAO
LTDA

12

527.378,1600

476.480,0000

12/04/2012
10:57:00:193

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM

Data Declaração: 12/04/2012

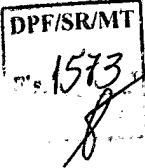
02.436.240/0001-69
- DINIZ E FERREIRA 12 491.281,3200 476.487,5700 12/04/2012
LTDA. -ME 10:09:47:657



Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de prestação, de forma indireta e contínua, de limpeza e conservação predial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital de Preg...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 10/04/2012



02.154.529/0001-95
- PROLSERVICE 12 480.000,0000 480.000,0000 12/04/2012
LTDA-ME 10:01:17:847

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E OUTRAS NECESSIDADES DE ACORDO COM EDITAL E ANEXOS...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 27/03/2012

04.105.439/0001-30
- RELUZ SERVICOS 12 492.000,0000 491.200,0000 12/04/2012
TERCEIRIZADOS 11:06:35:530
LTDA - ME

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 11/04/2012

01.424.685/0001-66
- SUL AMERICA 12 491.281,4400 491.281,4400 12/04/2012
PRESTADORA DE 10:01:17:850
SERVIOS LTDA

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 11/04/2012

32.993.867/0001-81
- TOCANTINS - 12 540.000,0000 540.000,0000 12/04/2012
SERVICOS GERAIS 10:01:17:853
DE LIMPEZA LTDA

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitários...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 11/04/2012

03.059.584/0001-69
- FORTESUL- 12 597.600,0000 597.600,0000 12/04/2012
SERVICOS, 10:01:17:853
CONSTRUCOES E
SANEAMENTO LTDA

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação de Serviço de Limpeza e Conservação : Descrição: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedi...

Porte ME/EPP: NÃO **Declaração ME/EPP/COOP:** NÃO

Declaração de Inexistência de fato superveniente: SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM
Data Declaração: 12/04/2012

08.629.207/0001-31

- RECRUTARE
ADMINISTRACAO E
SERVICOS LTDA

12

876.000,0000

876.000,0000

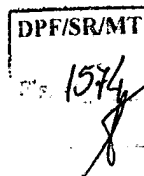
12/04/2012

10:01:17:857

SIM



Descrição detalhada do objeto ofertado: Prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de limpeza, asseio e conservação predial, com a disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva e fornecimento de saneantes domissanitário...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM**Declaração de Inexistência de fato superveniente:** SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM**Data Declaração:** 12/04/2012

08.744.513/0001-19

- AV2 PRESTACAO
DE SERVICOS LTDA
- ME

12

1.200.000,0000

1.200.000,0000

12/04/2012

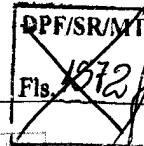
10:01:17:857

SIM

Descrição detalhada do objeto ofertado: Contratação de prestação, de forma indireta e contínua, de serviços de copeiragem, de serviços gerais e de limpeza e conservação predial, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no ...

Porte ME/EPP: SIM **Declaração ME/EPP/COOP:** SIM**Declaração de Inexistência de fato superveniente:** SIM **Declaração de Menor:** SIM **Declaração independente de proposta:** SIM**Data Declaração:** 25/03/2012Imprimir o
Relatório

FAP - Fator Acidentário de Prevenção



- O Fator Acidentário de Prevenção - FAP fundamenta-se no disposto na Lei Nº 10.666/2003. O FAP é um importante instrumento das políticas públicas relativas à saúde e segurança no trabalho e permite a flexibilização da tributação coletiva dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) - redução ou majoração das alíquotas RAT de 1, 2 ou 3% segundo o desempenho de cada empresa no interior da respectiva SubClasse da CNAE.
- O FAP anual reflete a aferição da acidentalidade nas empresas relativa aos dois anos imediatamente anteriores ao processamento (exemplo: o FAP 2010 tem como período-base de cálculo janeiro/2008 a dezembro/2009). O FAP anual tem como período de vigência o ano imediatamente posterior ao ano de processamento (exemplo: o FAP 2010 terá vigência de janeiro a dezembro de 2011).
- O processamento do FAP anual, a partir do processamento no ano 2010 segue o padrão metodológico definido na resolução CNPS Nº 1.316/2010.
- Empresas optantes pelo Simples ou Filantrópicas não possuem FAP calculado. Para maiores detalhes, clique no menu "Documentos de Apoio".
- Para acessar leis, atos normativos, perguntas frequentes e respectivas respostas, entre outros, clique no comando "Documentos de Apoio" no canto superior esquerdo desta página.
- Para acessar a consulta aos valores FAP de sua empresa clique no comando "Acesso ao FAP" no canto superior esquerdo desta página.
- Para acessar o resultado do processamento do FAP 2009, com vigência no ano 2010, [clique aqui](#)

DPF/SR/MT
Fls. 1575

W3C HTML

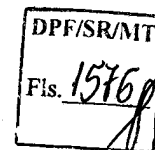
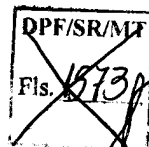
MPS | INSS | DATAPREV

Anexo II

Anexo III



PREVIDÊNCIA SOCIAL

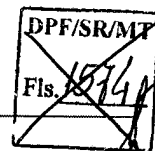


Preenchimento do FAP no SEFIP/GFIP

1. Empresas Optantes pelo Simples e Matrícula CEI têm, por definição, FAP = 1,0000;
2. Demais empresas contribuintes, que recolhem alíquota RAT, deverão "de acordo com o Ato Declaratório Nº 3 da RFB" observar o procedimento: no SEFIP o campo FAP deverá ser informado com 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento (truncamento). Isso fará com que o valor da contribuição referente ao RAT calculada pelo SEFIP seja menor. Portanto a GPS gerada pelo SEFIP deve ser desprezada. O Contribuinte deverá refazer a GPS ou utilizar a GPS gerada pelo seu sistema de folha de pagamento utilizando 4 (quatro) casas decimais para que o valor da contribuição seja correto.

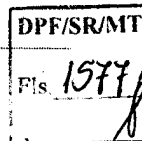


Anexo IV



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,



Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 09.576.957/0001-55 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
DATA DE ABERTURA 20/05/2008			
NOME EMPRESARIAL RAQUEL ROCKENBACH EPP			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) DICENTRO DISTRIBUIDORA E ADMINISTRADORA DE SERVICOS			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 49.23-0-02 - Serviço de transporte de passageiros - locação de automóveis com motorista 77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor 14.13-4-01 - Confecção de roupas profissionais, exceto sob medida 80.11-1-01 - Atividades de vigilância e segurança privada 47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - EMPRESARIO (INDIVIDUAL)			
LOGRADOURO. R PROFESSOR FELICIANO GALDINO		NÚMERO 134	COMPLEMENTO
CEP 78.025-100	BAIRRO/DISTRITO PORTO	MUNICÍPIO CUIABA	UF MT
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 20/05/2008	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011.

Emitido no dia 8/5/2012 às 11:05:47 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[Voltar](#)

Anexo V



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



DO: AADMS ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA
PARA: Eliezer Gentil de Souza
REF: Pregão Eletrônico nº 001/2012

Senhor,

Em decorrência da análise dos documentos de habilitação, referentes ao PE nº 001/2012, apresentados pela empresa RAQUEL ROCKENBACH-EPP, CNPJ 09.576.957/0001-55, tomamos ciência de que essa empresa prestou e/ou vem prestando serviços diversos dos de limpeza ou conservação e continua constando como Optante pelo Simples Nacional desde 01/01/2010, conforme consulta ao Portal do Simples Nacional (anexa).

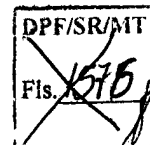
A citada empresa nos apresentou 05 (cinco) atestados de capacidade técnica (anexos) originais e cópias a serem autenticadas, fornecidos pelas empresas Via-Lactea Veículos, Cultura Física Fitness, Kadri Informática e pela Eletronorte & Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A.

Pelos atestados fornecidos pela Kadri Informática e Eletronorte, podemos verificar que os serviços prestados não estão relacionados exclusivamente com os serviços de limpeza ou conservação.

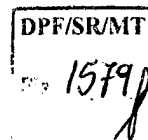
Segundo o inciso XII do art. 17 da LC nº 123/2006, "não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou a empresa de pequeno porte que realize cessão ou locação de mão-de-obra". Já o § 1º desse dispositivo estabelece que as vedações do caput do art. 17 "não se aplicam às pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente às atividades referidas nos §§ 5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo".

Portanto, conforme o inciso VI do § 5º-C do art. 18 da LC nº 123/2006, é permitida a opção pelo Simples Nacional às atividades de limpeza ou conservação, desde que exercidas por pessoas jurídicas que se dediquem exclusivamente a essas atividades ou as exerçam em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput do art. 17 da lei complementar.

De acordo com o inciso II do art. 30 da LC nº 123/2006, a exclusão do Simples Nacional, mediante comunicação das microempresas ou das empresas de pequeno porte dar-se-á, obrigatoriamente, quando elas incorrerem em qualquer das situações de vedação previstas nesta Lei Complementar. Ainda segundo o inciso II do § 1º desse dispositivo legal, a exclusão deverá ser comunicada à Secretaria da Receita Federal até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação.




Como se pode verificar pelos atestados apresentados, a empresa vem prestando, desde julho do último ano, serviços que enquadram-se nas vedações ao ingresso no Simples Nacional, em especial no inciso XII do art. 17 da LC nº 123/2006, e continua constando na página web da Receita Federal como optante por esse regime simplificado de tributação.



Para finalizarmos, o inciso II do art. 31 dessa lei complementar dispõe que "exclusão das microempresas ou das empresas de pequeno porte do Simples Nacional produzirá efeitos, na hipótese do inciso II do caput do art. 30 desta LC, a partir do mês seguinte da ocorrência da situação impeditiva."

É o que cumpre informar.

Cuiabá, 24 de abril de 2012.


ALESSANDRA RODRIGUES DE OLIVEIRA
Agente Administrativo Superior
1ª CLASSE - Mat. 12200